



EXPERIÊNCIAS DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ITIÚBA- BA

Daiane Amorim – /UNEB¹

Prof^a. Dra. Viviane Brás dos Santos - UNEB²

Introdução: Ao analisar o atual cenário da educação, observa-se um considerável aumento no número de crianças com deficiência na escola. Isto se dá também pela maior atenção a este público propiciada pelos avanços em políticas públicas de saúde e assistência educacional. Diante de uma comunidade que é composta por muitas pessoas com deficiência intelectual, a escola estudada defronta-se com a problemática: “Como incluir esses sujeitos que sofrem com Deficiência Intelectual na escola?”. A partir disso surge esta escrita que por meio de questionário e entrevista semi-estruturada in loco colhe das professoras a realidade da educação de crianças com Deficiência Intelectual de uma escola de educação básica do município de Itiúba– BA. Percebe-se que pessoas com Deficiência Intelectual enfrentam dificuldades para se adaptar em um mundo que, apesar da criação de algumas políticas de inclusão, ainda está longe de não segregá-las do espaço escolar e de tantos outros. **Objetivo:** Compreender quais são as práticas pedagógicas inclusivas de professores e professoras de uma escola do Município de Itiúba-Ba para com pessoas com deficiência intelectual. **Metodologia:** Esta escrita é de abordagem qualitativa, uma vez que o foco não está em números, em observar quantas vezes um fenômeno se repete, e sim, no entendimento de grupos sociais, de organizações. As subjetividades da realidade de maneira alguma podem ser contadas (BOGDAN e BIKLEN, 1994). Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A pesquisa feita para a coleta dos dados que são aqui analisados é do tipo estudo de caso. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados o questionário e a entrevista semiestruturada. A pesquisa foi realizada com quatro professoras de uma Escola do Município de Itiúba – BA. **Resultados:** *Pessoas com DI e a escola.* Percebemos durante a coleta dos dados que a permanência das poucas pessoas com DI (Deficiência Intelectual) que estão matriculadas na escola estudada é um desafio, um dos problemas é que muitas moram distante dela, a falta de transporte adequado acaba dificultando mais ainda o acesso ao espaço escolar. Outro problema é que nem todas as crianças têm acompanhamento com especialistas, algo que é essencial para o

¹Estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia, UNEB – Senhor do Bonfim/BA. E-mail do primeiro autor: daianeamorin27@gmail.com.

²Professora na Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Campus VII Sr do Bonfim Doutoranda em Educação - PPGED/UFS. Mestra em Educação, Cultura e Território Semiárido - PPGESA, UNEB. Email: vivianebras.pedagogia@gmail.com.

desenvolvimento destes sujeitos dentro e fora da escola, uma vez que esse atendimento é fundamental para o desenvolvimento do educando na escola, além de tudo, as professoras não possuem nenhuma formação em educação inclusiva. Consequentemente, todo o processo educativo desses sujeitos é prejudicado e acaba fazendo com que eles não tenham um desenvolvimento apropriado. Com base nisso, Silva (2015, s.p.) cita que “o fazer da política educacional ainda está preso a algumas armadilhas, as quais se imaginavam superadas”. Uma dessas armadilhas é o que foi relatado acima. Educação inclusiva é mais do que assegurar o direito das pessoas com DI de acessar a escola, mas também de garantir que elas permaneçam e se sintam acolhidas, assegurando o ensino-aprendizagem de qualidade. Por outro lado, foi constatado que existem muitas crianças, adolescentes e jovens na comunidade com Deficiência Intelectual fora da escola. Quando perguntados do por que os estudantes não frequentam a escola, segundo relato dos professores: “Os pais acham que estes alunos são limitados por isso não vão à escola” (PROFESSORA 1); “A família esconde” (PROFESSORA 2); “Porque a família acha que eles não devem ir a escola” (PROFESSORA 4). Está refletida na fala dos docentes uma descrença da família enquanto a escola como um espaço de transformação da realidade destes sujeitos e na capacidade das próprias crianças. Esta descrença da família advém de uma visão segregacionista em relação às pessoas com deficiência, uma vez que desacredita no poder transformador da educação, e no seu potencial para o desenvolvimento dos filhos (as). A esse respeito às professoras ainda acrescentam que quando esgotado os recursos da escola para trazê-los para o âmbito escolar, a escola juntamente com o conselho tutelar tomaram a iniciativa de fazerem uma “ação social”, reunindo a família para tentar sensibilizá-las sobre a importância da inclusão das crianças/adolescentes na escola e do acompanhamento com especialistas. *As Professoras e as crianças com DI*. Percebe-se nas falas das profissionais entrevistadas que há uma tentativa de parceria escola e família, não só no caso de famílias que matricularam crianças e adolescentes com deficiência, mas também naquelas que possuem resistência em colocar os filhos ou filhas na escola, apesar dessa atenção, pouquíssimas pessoas da comunidade em idade escolar estão matriculadas, mesmo havendo tantos casos de crianças, adolescentes e jovens com deficiência intelectual no povoado e nos arredores, ainda há pouco interesse das famílias em que esses sujeitos frequentem esse espaço. Segundo as professoras entrevistadas, a família é uma das principais barreiras que impedem esse acesso, pois elas não se sentem seguras em colocar seus filhos na escola, o motivo pode ser tanto pela falta de conhecimento da importância da educação para o desenvolvimento das crianças/adolescentes como também pela falta de confiança no filho e a descrença na escola. Dessa maneira a participação da família é essencial. Um relato de uma das professoras diz o seguinte: “Geralmente os estudantes com deficiência ficam no canto da sala, enquanto os outros acompanham a aula”. Um dos fatores que podem explicar a desatenção, pedagogicamente falando, às crianças com deficiência se manifesta por meio de uma das respostas da diretora: a escola não tem suporte para atender a estas crianças “estes alunos precisam de educadores especializados, porém a escola não recusa receber estes alunos (PROFESSORA 4). É importante destacar, contudo, a preocupação do corpo docente da escola com a assistência que essas crianças recebem e a aflição delas no que se refere às suas práticas pedagógicas, e isto já se configura enquanto um grande passo para a garantia de alguns dos direitos básicos dessas crianças. As Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (resolução 2/2001 da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação) cita que: “Os sistemas escolares deverão assegurar a matrícula de todo e qualquer aluno, organizando-se para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns. Isto requer ações em todas as instâncias, concernentes à garantia de vagas no ensino regular para a diversidade dos alunos, independentemente das necessidades especiais que apresentem; a elaboração de projetos pedagógicos que se orientem pela política de inclusão e pelo compromisso com a

educação escolar desses alunos; o provimento, nos sistemas locais de ensino, dos necessários recursos pedagógicos especiais, para apoio aos programas educativos e ações destinadas à capacitação de recursos humanos para atender às demandas desses alunos (CNE/CNB, 2001)”. Desta maneira, é fundamental e urgente pensar em formação continuada para professores e professoras, principalmente quando trata-se da educação infantil, pois é nesta etapa que a criança está em pleno desenvolvimento e assim a educação infantil possibilita a interação social, desenvolve as capacidades cognitivas e motoras tão importantes para todas as crianças, principalmente para as com deficiência e ademais, promove a inclusão. *As professoras se sentem incapazes de atender às necessidades educacionais de estudantes com deficiência.* Nota-se por meio das respostas ao questionário e nas entrevistas que há um forte sentimento de incapacidade por parte das professoras em relação ao atendimento a pessoas com deficiência. Isto se configura enquanto um agravante para a garantia do ensino-aprendizagem e da inclusão de pessoas com deficiência nos sistemas de ensino. Segue abaixo as respostas dadas ao questionário, quando a pergunta foi: “Professora, você se sente preparada para educar uma criança com deficiência intelectual? Que coisas você, enquanto professora de pessoas com deficiência, mudaria na sua escola?”. “Não me sinto preparada, pois não fiz curso (PROFESSORA 2), “Recursos didáticos” (PROFESSORA 1). Houve espaço para que as participantes escrevessem algo de seu interesse sobre a temática. Somente dois deixaram a resposta. É de interesse para a discussão que se faz neste último tópico a resposta deixada por um dos profissionais: “Precisa ser oferecido cursos e formações nessa área” (PROFESSORA 2). Em toda a pesquisa fica evidente a falta de formação continuada para o corpo docente da escola, isso tem refletido no processo educativo e até mesmo na matrícula de novos alunos com DI. “O professor educador deve estar meramente preparado em sua prática pedagógica, repensando, interpretando, propondo métodos alternativos e metodologias de acordo com as necessidades específicas dos educandos, considerando os aspectos do contexto educacional, da diversidade cultural, da realidade sociocultural dos alunos com necessidades educacionais especiais e suas limitações específicas de aprendizagem”(OLIVEIRA, 2017, p.4). Dessa forma, as professoras precisam dessa formação para que desenvolvam medidas significativas para educação desses sujeitos, atingindo um nível eficiente no aperfeiçoamento dessas habilidades e também para assegurar a permanência, mostrando para comunidade o potencial formativo da escola. **Conclusão:** Ao final da exposição da discussão teórica e dos dados da pesquisa feita, nota-se que ainda há resistência por parte da família em matricular os estudantes com deficiência na rede regular de ensino, que as escolas se constituem enquanto espaço importante no cuidado à garantia dos direitos humanos básicos da criança e adolescente com deficiência, e, por fim, que as professoras não se sentem capazes, tendo em vista que não possuem formação adequada, nem devidamente instrumentalizadas para fazer educação inclusiva. Houve muito progresso em relação à garantia de direitos à pessoa com deficiência, mas na prática, principalmente em escolas muito afastadas dos grandes centros urbanos, como é o caso da escola estudada por esta pesquisa, percebe-se que ainda há muitos desafios para que se efetive uma educação para o desenvolvimento pleno das capacidades intelectuais/mentais de pessoas com deficiência. Parte disso é reflexo da ineficiência ou até mesmo inexistência dos cursos de formação de educadores (as) e das prefeituras, na contratação de profissionais realmente habilitados a lidar com a demanda das escolas públicas, bem como, em oferecer formação continuada para a atualização dos profissionais que lidam com inúmeros desafios cotidianamente e em disponibilizar material didático para que o professor trabalhe com o lúdico na sala de aula, pois se sabe que a ludicidade é de suma importância tanto para crianças com deficiências quanto para as que não a possuem.

Referência

BOGDAN, R.C; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação**. Trad. Maria BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> >. Acesso em: 10 de set. 2022.

BRAZIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial, 2001. Editora, 1994. Fortaleza, 2003.

João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. **A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano, v. 2, p. 522-545, 2017. Silva, S. Faces do direito a educação: trajetórias escolares de pessoas com deficiência. Reunião Nacional da ANPED. 37., 2015, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. **A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano, v. 2, p. 522-545, 2017.

PAROLIM, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. SILVA-FEUSP, Shirley. **FACES DO DIREITO À EDUCAÇÃO-TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt05-4374.pdf>. Acesso em 10 de set. de 2022.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão - Um guia para educadores**, TOLEDO, Elizabete Humai de. **Formação de professores em serviço por meio de pesquisa colaborativa visando à inclusão de alunos com deficiência**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, Londrina 2011.